

ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM DOS FENÔMENOS ECONÔMICOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: os limites, desafios e as contribuições da Sociologia Econômica

RESUMO

Este trabalho tem como intuito fazer um breve diálogo entre as análises discutidas por alguns autores (BOURDIEU, 2005; GRANOVETTER, 2009; HOLTON, 1992; POLANYI, 2012; SWEDBERG, 2004) da Sociologia Econômica, enfatizando o domínio referente as teorizações das relações entre a economia e a sociedade, no exercício de problematizar algumas dimensões da vida social. A tarefa da Sociologia Econômica é dedicar-se aos estudos dos fenômenos econômicos, nas esferas de produção, distribuição, troca, consumo de bens e serviços, presentes nas relações e interações entre os atores sociais. Assim, faz-se necessário contextualizar, historicamente, algumas mudanças a nível institucional e teórico, a partir da década de 1980, ocorridas nas estratégias de abordagem dos fenômenos econômicos nas Ciências Sociais e as contribuições da Sociologia Econômica nesse processo. Através da revisão bibliográfica aqui exposta, de esquemas analíticos e conceituais, destaca-se a importância da construção de conhecimentos sociológicos da vida social econômica para as diversas pesquisas possíveis de serem aplicadas em diferentes domínios sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, Sociologia Econômica, Economia e Sociedade.

ABSTRACT

This work intends to make a brief dialogue between the analyzes discussed by some authors (BOURDIEU, 2005;

GRANOVETTER, 2009; HOLTON, 1992; POLANYI, 2012; SWEDBERG, 2004), emphasizing the domain referring to the theorizations of relations between the economy and society, in the exercise of problematizing some dimensions of social life. The task of Economic Sociology is to devote itself to the study of economic phenomena in the spheres of production, distribution, exchange, consumption of goods and services, present in relations and interactions among social actors. Thus, it is necessary to contextualize, historically, some changes at the institutional and theoretical level, since the 1980s, occurred in the strategies of approaching economic phenomena in the Social Sciences and the contributions of Economic Sociology in this process. Through the bibliographic review presented here, of analytical and conceptual schemes, the importance of the construction of sociological knowledge of economic social life is highlighted for the possible research to be applied in different social domains.

KEYWORDS: Economics, Economic Sociology, Economics and Society.

1. INTRODUÇÃO

Parte-se neste trabalho da análise das discussões da disciplina Sociologia Econômica que fez um debate em torno de esquemas analíticos e conceituais, enfatizando o domínio referente as teorizações das relações entre a economia e a sociedade. A tarefa da Sociologia Econômica é dedicar-se aos estudos dos fenômenos econômicos, nas esferas de produção, distribuição, troca, consumo de bens e serviços, presentes nas relações e interações entre os atores sociais. Mas o que é Economia? Existe distinção entre os fenômenos ditos econômicos dos não econômicos?

Tendo em vista que não há uma definição universal do que seja a Economia, uma das abordagens baseia-se nas concepções funcionais da economia, relacionada aos meios e fins, cujos fenômenos econômicos exercem uma função específica diferenciada dos fenômenos “não econômicos”, pois possuem objetivos e meios para satisfazer as necessidades (fins) materiais (terra, trabalho e capital) e/ou simbólicas (sucesso, riqueza, poder) que variam histórica e culturalmente.

É preciso considerar as outras funções que coexistem com as funções econômicas, as relações interativas entre a economia e a sociedade, analisando-as historicamente através de instrumentos transcontextuais (HOLTON, 1992, p. 30), não apenas por meio do modelo economicista da economia de mercado, da ideia de escassez reforçada na economia liberal que se utiliza de agendas políticas voltadas ao tema, ao problema dos “meios” escassos para satisfazer as necessidades sociais, sem considerar a aplicabilidade histórica, cultural e política desses conceitos.

Neste aspecto, como enfatiza Smelser e Swedberg (2005), as relações sociais influenciam e constroem as relações econômicas, por isso a necessidade de um olhar sociológico para construção dos fenômenos econômicos no aspecto cultural e cognitivo. Existem diferenças entre a Economia “Mainstream”, dominante ortodoxa, pautada no pensamento da economia clássica, e a Sociologia Econômica, no que diz respeito ao conceito de ator (a primeira considera o ator individual, e a segunda a interação social), dos objetivos de análise (a economia ortodoxa dá importância a previsibilidade, enquanto a sociologia econômica descreve e explica os fenômenos), dos métodos utilizados (a primeira utiliza métodos matemáticos e formais, a segunda faz uso de diversos métodos considerando os dados empíricos), no uso da tradição teórica intelectual (entre a teoria contemporânea e a releitura dos clássicos), entre outros aspectos.

Ao fazermos um resgate sobre o renascimento contemporâneo da sociologia econômica, destacam-se mudanças importantes a nível institucional e teórico, a partir da década de 1980. Apoiando-se na tradição intelectual dos clássicos, ressalta-se o enfoque em Max Weber, como afirma Richard Swedberg (2004, p.07-8):

A sociologia econômica estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”) (...) todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social.

Destacam-se as produções acadêmicas desenvolvidas nos Estados Unidos, local onde o renascimento da sociologia econômica começou e ganhou expressividade, com o processo de institucionalização forte nas universidades de Harvard, Stanford, Cornell etc., por meio de grupos de trabalhos, ementas de cursos, revistas, coletâneas, tendo como principais representantes Granovetter, Harrison C. White, Viviana Zelizer, Bruce Carruthers, entre outros. Outras contribuições importantes também vieram da Europa, através dos trabalhos de Bourdieu, Luc Boltanski, Michel Callon, Philippe Steiner, Habermas, Luhman etc. As pesquisas versam sobre sociologia econômica geral, das finanças, dos mercados da arte, das redes, firmas, da pobreza, estratificação, o papel do direito na economia, sociologia econômica fenomenológica etc. Nestas regiões, as produções acadêmicas cresceram consideravelmente desde 1990, como destaca Swedberg (2004, p.16):

Alguns tópicos novos passaram por ampliações significativas, tais como riqueza, capacidade empresarial e o papel do direito na economia. Certas visadas pioneiras também têm sido reelaboradas e exploradas em novas direções. (...) Também se verifica um intento reiterado no sentido de consolidar a sociologia econômica pela via do retorno aos clássicos e aos seus ensinamentos.

Contudo, o autor adverte quanto há uma preocupação referente a “falta de uma sólida fundamentação teórica”, de um corpo teórico unificado, na sociologia econômica contemporânea, de alternativas teóricas que superem o enfoque da sociologia econômica no “enraizamento”, que, segundo ele, refere-se a tarefa de “descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes”, mas que é um modelo que não consegue lidar com os impactos das estruturas, das instituições, com a cultura, com a política e com os macro fenômenos inseridos nesses processos (SWEDBERG, 2004, p.16-7).

Destacam-se alguns tópicos mais recentes, e não menos importantes, nas análises da sociologia econômica, como, por exemplo, a relação entre a economia e as tecnologias e a

economia e as relações de gênero, que são questões relevantes e presentes no mundo moderno e, no entanto, por muito tempo foram negligenciadas. Para lidar com os fenômenos econômicos atuais, é necessária uma fundamentação teórica que tenha base em “diversas noções e não em um único conjunto de ideias” (SWEDBERG, 2004, p.26), que considere os aspectos físicos/materiais da realidade e o papel dos interesses (materiais, ideais, simbólicos etc.) presentes nas relações e interações sociais, construídos socialmente.

A partir desses apontamentos, o presente texto pretende fazer uma breve reflexão sobre algumas discussões teóricas da Sociologia Econômica e a importância que representam na construção de uma metodologia precisa para a construção de categorias conceituais e analíticas nas Ciências Sociais.

2. ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A ECONOMIA E A SOCIEDADE NA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Segundo Swedberg (2004), é possível identificar três tradições principais da Sociologia Econômica: a tradição alemã de *Wirtschaftssoziologie*, a tradição francesa de *sociologie économique* e a tradição norte-americana de *economy and society*. Dentre essas tradições a francesa e a alemã tem semelhanças em relação a ênfase no papel das instituições econômicas, no âmbito simbólico e cultural, dos fenômenos econômicos, pautados no método histórico e comparativo. Contudo, para os alemães a Sociologia Econômica seria complementar a uma teoria econômica existente, enquanto que para os franceses a Sociologia Econômica surge para propor novas teorias, novas premissas, reflexões epistemológicas e metodológicas, que embasem uma crítica sociológica da ciência econômica.

Dentre as análises sociológicas e antropológicas que discutem as relações sociais dentro da economia, afim de propor alternativas teórico-metodológicas para caracterizar os fenômenos econômicos para além da descrição economicista, destaca-se a noção de enraizamento trabalhada por Polanyi, que salienta a necessidade de analisar os fenômenos e funções econômicas historicamente, desenvolvendo instrumentais de análises transcontextuais.

O autor apresenta categorias conceituais para pensar os sentidos do econômico, composto do sentido substantivo e formal. O sentido substantivo refere-se à relação de dependência entre o ser humano e a natureza, intercâmbio que promove os meios necessários para satisfação de necessidades. Já o sentido formal refere-se a lógica das escolhas de recursos, “relação meios/fins” no sentido de economizar, associada a escolha “que se faz entre os

diferentes usos dos recursos, induzida por uma insuficiência desses mesmos recursos”, limitada pela ideia de escassez. O conceito contemporâneo de econômico, segundo Polanyi, é formado pela fusão desses conceitos de subsistência e escassez, pautados no modelo da economia de mercado, gerando uma espécie de “falácia economicista”. A fusão entre tais conceitos se torna um obstáculo metodológico para as Ciências Sociais, que analisam “uma enorme variedade de outras instituições que não os mercados” (2012, p.294-5).

É a lógica da ação-escolha racional, relação dos meios com os fins, baseada na insuficiência de recursos, ou que seja induzida moralmente (entre o certo ou errado) ou operacionalmente induzida (considerando vantagens e desvantagens do caminho a seguir), que molda a economia formal de mercado. Neste aspecto:

A economia encarna-se em instituições que fazem com que as escolhas individuais deem origem a movimentos interdependentes que constituem o processo econômico. Isso é alcançado mediante a generalização dos mercados formadores de preços. Todos os bens e serviços, inclusive o uso do trabalho, da terra e do capital, estão disponíveis para compra nos mercados e, por conseguinte, tem um preço. (...) Fora de um sistema de mercados formadores de preços, a análise econômica perde a maior parte de sua importância como método de investigação do funcionamento da economia (POLANYI, 2012, p.293-4).

Polanyi destaca que existem economias empíricas nas quais os “preços” não são formados no mercado, através da interação entre o homem e a natureza, satisfazendo necessidades materiais/fisiológicas, salientando que a economia é um processo instituído ao sugerir a ideia de movimento dos elementos materiais, bens, e também das “mãos” (agentes públicos, órgãos, pessoas, empresas), da produção através de transações e disposições. Todas as atividades que compõem esse processo podem ser vistas como elementos econômicos (de origem tecnológica, ecológica ou social). Neste sentido, revela-se a necessidade de indicar “as condições sociais de que brotariam as motivações dos indivíduos” que sustentam “a interdependência dos movimentos e sua recorrência, das quais dependem a unidade e estabilidade do processo” (2012, p.301). Assim:

A economia humana se enraíza em instituições econômicas e não econômicas e se entrelaça com elas. A inclusão do não econômico é vital, pois a religião e o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias ou a disponibilidade dos próprios instrumentos e máquinas que aliviam o fardo do trabalho. O estudo do lugar mutável da economia na sociedade, por conseguinte, não é outro senão o estudo da maneira pela qual o processo econômico será instituído em diferentes épocas e lugares (POLANYI, 2012, p.302).

Polanyi (2012) argumenta que as economias pré-capitalistas estão enraizadas na tradição e na religião dos grupos sociais, mas com o advento da economia capitalista (de mercado autorregulado), a dimensão econômica passa a enraizar-se nas relações sociais de mercado. Através de uma contextualização histórica, explica como se deu essa mudança ao longo dos séculos nas sociedades ocidentais, enfatizando o papel de intervenção do Estado. O autor destaca diferentes tipos de integração da atividade dos sistemas econômicos (reciprocidade, redistribuição, agregados familiares e mercados), pois defende “que uma definição genética ou universal de economia não pode ser sustentada com base num modelo de mercado, historicamente distinguível” (HOLTON, 1992, p. 33).

Contudo, pode-se destacar algumas limitações nas análises realizadas por Polanyi, a saber “quais são as relações entre funções econômicas e instituições econômicas” (HOLTON, 1992, p.34), no sentido de que não estabelece um tratamento mais científico para as categorias com as quais opera (tais como mercadoria, lucro, valor do trabalho), e toma as sociedades primitivas como referencial para as análises das formas de sociabilidades mais desenvolvidas, concluindo que haja um desenraizamento nas sociedades econômicas de mercado autorreguladas.

No esquema da reciprocidade, da redistribuição e dos agregados familiares, ele pode sustentar que as tribos, os impérios ou a oikos operam, à sua maneira própria, como instituições multifuncionais. Combinam a função econômica com outras funções. Mas o que se passa com as sociedades modernas ocidentais, onde a extrema diferenciação do mercado puro foi limitada pela expansão da intervenção estatal? Existirão ainda instituições de função única desempenhando funções econômicas (como fábricas, bancos e trocas de ações), enquanto as funções políticas são desempenhadas pelos governos? Se isto fosse verdade, significaria que a economia não tem componentes intrínsecos políticos, culturais ou morais, e que as práticas políticas ou culturais de qualquer sociedade não têm aspectos econômicos (HOLTON, 1992, p.35).

Neste sentido, Polanyi (2012) constatou que o homem é um ser social, porém parece não ter percebido a dimensão ontológica disso, de que as relações econômicas estão, sempre, enraizadas nas relações sociais em geral.

Já Granovetter (2009) apresenta uma linha de continuidade da noção de enraizamento, salientando que os economistas argumentam sobre a necessidade de uma atomização para que haja um mercado competitivo, cujas relações pessoais/sociais não exercem influência, considerando que delas surgem apenas ações sociais subsocializadas, cujos atores agem racionalmente em busca dos próprios interesses, pois a “atomização resulta de uma busca estritamente utilitarista dos interesses próprios” (p.37). Por outro lado, não se pode sustentar que por intervenção de uma abordagem supersocializada, enfatizada pelos economistas neo-

institucionalistas, haja uma alternativa teórico metodológica eficaz, pois é uma abordagem que resume as relações sociais entre papéis formais, sem conteúdos individualizados, considerando que “os padrões comportamentais são interiorizados e, por tanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre o comportamento” (p.37), há aí, portanto, um processo de abstração da história das relações sociais. Granovetter argumenta que:

Uma análise da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2009, p.39-40).

Nesse sentido, propõe como alternativa metodológica à investigação da rede de relações interpessoais, da história das relações pessoais concretas, sociais, que considere os papéis formais, estilizados, e as interações reais entre indivíduos e grupos, o que pode ser chamado de imersão histórica e estrutural das relações. Para ele, as relações sociais e as redes de relações interpessoais condicionam as ações dos atores sociais, comportamentos e instituições sociais, elementos em constante interação e interdependência. São essas redes de relações que caracterizam os mercados e não a livre concorrência entre atores atomizados.

Para Pierre Bourdieu (2005), um dos autores mais representativos da Nova Sociologia Econômica francesa, a análise sociológica dos fenômenos econômicos é feita mediante conceitos chaves como campo e habitus, demonstrando que o mercado é produzido socialmente. Destaca a gênese das disposições econômicas, caracterizando o mercado, produção e comercialização de casas, como um campo de disputas entre agentes que mobilizam recursos distintos, salientando o papel do Estado na regulação desse mercado. Destaca a necessidade de examinar criticamente os princípios da construção da teoria econômica, através de uma visão antropológica cuidadosa com a discricção, prudente epistemologicamente, que evite generalizações. Tal perspectiva promove pesquisas que:

Mostram que tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta. E que um a verdadeira teoria econômica só pode se construir rompendo com o preconceito antígenético para se firmar como uma ciência histórica. Isto implicaria que ela se empenhasse, prioritariamente, a submeter à crítica histórica suas categorias e seus conceitos que, em grande parte emprestados sem exame do discurso comum, são protegidos de tal crítica pelo amparo da formalização (BOURDIEU, 2005, p. 17).

Bourdieu critica a metodologia da Ciência Econômica, que propõe um ator econômico racional e interessado, *homo oeconomicus*, uma visão a-histórica e uma ilusão escolástica, por meio de uma epistemologia dedutivista, presente na teoria da ação racional. Faz críticas a filosofia intelectualista que “concebe os agentes como puras consciências sem história” que sugere uma visão “estritamente atomística e descontinuista (ou instantaneísta) do mundo social” (2005, p.51-2). Desse modo, as abordagens dos economistas clássicos e neoclássicos, em que há um banimento do papel das relações sociais tanto nas sociedades modernas como em sociedades anteriores pré-mercantis, mantêm uma visão idealista em que os indivíduos atomizados buscam seus próprios interesses de forma racional orientando os comportamentos e instituições de forma mais efetiva que as relações sociais, que são obstáculos circunstanciais que podem inibir os mercados competitivos.

Bourdieu, neste contexto, reivindica a necessidade de analisar as condições econômicas e culturais que constroem as disposições econômicas dos agentes, “de suas preferências, de seus gostos, de suas necessidades ou de suas aptidões” (2005, p.18) e a gênese do próprio campo econômico, ou seja, “a história do processo de diferenciação e autonomização que conduziu a constituição deste jogo específico, do campo econômico como cosmo obedecendo a suas próprias leis” (2005, p.18). Assim, pretende reinserir o econômico no social, pois o mundo social está presente nas ações econômicas, estão enraizados, interligados.

São muitas as contribuições dos estudos sociológicos e antropológicos sobre processos e mudanças econômicas, revelando uma preocupação em entender as ocupações, trajetórias, atividades sociais de obtenção de renda, práticas, o mercado de trabalho contemporâneo e suas transformações socioeconômicas. Estudos e pesquisas que revelam distintas formas, sentidos e relações subjetivas em torno do trabalho e da vida econômica.

Neste sentido, destacam-se pesquisas que buscam resgatar os princípios gerais de uma economia dos bens simbólicos através da análise de diversos universos sociais, como as realizadas por Bourdieu (economia Cabília, Béarn etc.), que tratam de economias que não funcionam inteiramente pautadas no interesse pelo lucro, ou dentro de um modelo de racionalidade moderna economicista. O autor destaca que o universo econômico é composto de vários “mundos econômicos” com lógicas e racionalidades específicas, alguns mundos criam condições objetivas (materiais) em que os agentes tem interesse no “desinteresse”, pois é uma economia não econômica, no sentido de que não é voltada para a economia do cálculo (BOURDIEU, 1996, p.158).

Cabe ressaltar que a noção de interesse em Bourdieu seria a importância que se dá ao jogo social, sendo necessário conhecer as estruturas do jogo, do espaço social, ligado ao

conceito de *ilusio*, o interesse “é estar em, participar, admitir, portanto que o jogo merece ser jogado (...) é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (1996, p.139).

Bourdieu trata sobre as propriedades da economia das trocas simbólicas, destacando as “verdades duplas” como as ambiguidades entre a verdade subjetiva e a realidade objetiva vivida através de uma “self deception – automistificação” e uma “self-deception coletiva – desconhecimento coletivo”, estruturas mentais (modos de agir) e estruturas objetivas (lógica da honra). Além do “tabu da mistificação”, um modo de recusar o calculismo, relacionado a verdade da troca, em que conscientemente se reprime e dissimula a taxa/preço da troca. E também ressalta sobre a disposição dos jogadores no jogo, através das ações:

A maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo” (BOURDIEU, 1996, p.164).

Próximo das reflexões de Mauss sobre doações, Bourdieu salienta que a troca de dádivas não tem intenção de cálculo, o agente está predisposto a entrar no jogo, ignora ou recusa a verdade objetiva de troca econômica, implícita ou eufemisticamente (linguagem de recusa à lei do interesse egoísta), agindo em conformidade à ordem social, as regras vigentes. Ou, como destaca Mauss:

Nessas civilizações, as pessoas têm interesses, mas não do mesmo modo que em nosso tempo. Acumulam-se tesouros, mas para gastar, para “obrigar”, para ter “servos de gleba”. Por outro lado, fazem-se trocas, mas sobretudo de coisas luxuosas, ornamentos, vestuários, ou de coisas imediatamente consumidas, festins. Retribui-se com usura, mas para humilhar o primeiro doador e não apenas para recompensá-lo da perda que um “consumo adiado” lhe causa. Há interesse, mas é um interesse apenas análogo ao que, dizem, nos guia (MAUSS, 2001, p.306).

O que Bourdieu (1996) ressalta, portanto, é que nestes atos de troca existe um interesse em parecer desinteressado, explicando lógicas de trocas mercantis diferentes daquelas teorizadas pelos economistas, pois nem toda ação se reduz à racionalidade instrumental.

Desse modo, podemos destacar vários tipos de economias (da família, do trabalho, feminista, moral, economia para a vida, plural, popular, social, solidária etc.) (HESPANHA, Pedro et al., 2009) presentes na vida social, que produzem bens materiais e simbólicos, imateriais, presentes na cultura e nas relações humanas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho circunscreveu-se a uma reflexão da construção de algumas categorias que as Ciências Sociais têm como parâmetro de análise, no âmbito das relações entre a Economia e Sociedade, no intuito de destacar alguns problemas epistemológicos e que se tornam barreiras para a construção do conhecimento científico.

Com base nos apontamentos anteriores, observamos que compete aos cientistas sociais refletir sobre a complexidade histórica, social, cultural e política dos fenômenos econômicos, pensar na diversidade de experiências que envolvem as instituições econômicas e como estas se vinculam a aspectos “não econômicos” da vida social, como a política, o Estado, as relações familiares, a arte, a educação, a religião, ao meio ambiente etc.

Historicamente, as economias variam de acordo com o contexto e as dimensões que as cercam, relacionadas a formação de mercados, ao uso de tecnologias, aos valores de competição e/ou cooperação, aos significados atribuídos ao trabalho, as trocas, as dinâmicas cotidianas através das quais bens e serviços são distribuídos nas sociedades.

Portanto, a problematização das categorias sociais, como fruto de processos históricos-sociais-culturais, traz à tona uma dimensão complexa e que subjaz um conjunto de mecanismos de relações de poder e dominação para se impor, de lutas concorrenciais para se estabelecer como formas de conceber o mundo, de classificar, a partir da visão e divisão do mundo social, ou seja, da produção de definições legítimas do mundo social. Nesse sentido, as pesquisas e teorias levantadas pela Sociologia Econômica provocam novos diálogos, suscitam questões e abrem campo para investigações mais aprofundadas sobre o tema na sua diversidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O campo Econômico*. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política. Florianópolis, SC, UFCS, V.1, N.6, 2005 (p.15/57).

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p.137-156.

BOURDIEU, Pierre. A Economia dos Bens Simbólicos. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da Ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana M. (org). *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009 (p.31-68).

HESPANHA, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HOLTON, Robert J. *Economia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992 (Cap. 1 – Definir economia: uma abordagem histórica e multidimensional, p.19-38).

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.293-329.

SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, R. (editors). *The Handbook of Economic Sociology*. Second Edition. Princeton and Oxford: Princeton University Press. New York: Russel Sage Foundation, 2005, p.03-25.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: Hoje e Amanhã. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. V.16, N.2, p. 07-34.